



Entre escravidão, saúde e liberdade: alegação de doenças em requerimentos de alforria no Vínculo de Jaguará (Minas Gerais, século XIX)

JACQUES FERREIRA PINTO¹

O texto que segue trata-se da apresentação de uma investigação em curso a respeito da mobilização de doenças e condições de saúde por escravizados em pedidos de alforria para conquista de liberdade na comunidade conhecida por Vínculo de Jaguará, província de Minas Gerais, durante o século XIX. Nessa exposição, pretendemos localizar a pesquisa dentro da produção historiográfica a respeito da confluência entre saúde e escravidão, identificar os principais objetivos, apresentar ideias teóricas preliminares e relacionar os aspectos mencionados com as fontes trabalhadas.

Tanto a historiografia da escravidão quanto a da saúde nas últimas décadas têm se aproximado ao ponto de gestarem um novo campo do saber conectando temáticas, teorias e métodos diversos. Tais aproximações são fruto de uma jornada de estudos que devido a iniciativas comuns vêm superando obstáculos historicamente formados na medida em que se organizam em torno da Saúde e Escravidão.

Conforme Lima (2011) afirma, o campo da história da escravidão por muito tempo ficou atrelado a perspectivas puramente econômicas sobre a formação do Brasil escravista, o que ocasionou uma visão interpretativa sobre o escravo como apenas peça fundamental de um sistema material maior. Enquanto que a História Social das Ciências do Brasil, com destaque para os estudos sobre saberes médicos e doenças, enquanto campo formado recentemente com seus primeiros trabalhos em fins da década de 1970 também não se interessaria à princípio pelas condições de saúde e doenças ligadas aos escravos.

Alguns trabalhos relacionando os dois aspectos atravessam o século XX, mas podemos destacar aqueles que superam os obstáculos mencionadas numa visão

1 Doutorando em História das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz (PPGHCS/COC/FIOCRUZ) e bolsista CAPES. Mestre em História Social (UFRJ).

renovada da historiografia. A partir de fins do século XX podemos destacar obras singulares que abriram caminho para novas pesquisas em franco desenvolvimento sobre saúde e escravidão. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)* de Mary Karasch traz, enquanto resultados de longa pesquisa nos arquivos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, partes exclusivas sobre doenças e condições de vida de escravizados – se tornando um clássico para o novo campo.

O artigo de Ângela Pôrto, “O sistema de saúde do escravo no Brasil no século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas” (2006), também faz um esforço institucional ao levantar como a saúde de escravos foi tratada pela historiografia até aquele momento sinalizando temas de pesquisas e fontes a serem investigadas. A partir desse estudo, podemos reavaliar afirmações categóricas de autores como Octávio de Freitas a respeito de “doenças africanas” e ideias atribuídas a Gilberto Freyre que teria positivado a miscigenação associando-a a doença da sífilis, avançando na análise de doenças de escravos, tratamentos, discursos médicos a respeito da escravidão, dentre outros temas que contribuem substancialmente para novas percepções sobre a história da sociedade colonial e pós-independência.

Nessa linha, identificamos como obra exemplar de estudos mais recentes aqueles contidos no livro *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil* organizado pelos historiadores Flávio dos Santos Gomes e Tânia Salgado Pimenta. Nessa coletânea de estudos, podemos destacar uma série de análises sobre relações entre saúde e escravidão em contextos temporais e espaciais diversos.

Dessa forma, fica pautado a necessidade de uma leitura crítica e contextualizada sobre obras clássicas que relacionem escravidão e saúde ligadas geralmente à ideia de raça como nas primeiras grandes interpretações sobre o Brasil no início do século XX. Junto a isso, nos enquadrados no interesse de contribuir para uma historiografia renovada sobre o tema que leva em conta diversos sujeitos envolvidos nas tramas entre saúde e escravidão.

Toda essa historiografia, com destaque para a produzida no Brasil, vem se debruçando, de maneira geral, sobre os seguintes tópicos: pensamento médico sobre escravidão, experiências de doença no cativo e agentes das “artes de curar”. Em conexão a tais estudos, a temática principal da pesquisa abre caminhos distintos no que concerne a novas compreensões sobre experiências tão marcantes para a formação histórica do país como a escravidão negra e o tráfico transatlântico entre África e Brasil.

A sociedade escravista oitocentista esteve em conexão direta com um sistema de produção econômica marcado por uma diversidade de atividades, mas fundamentada no trabalho escravo e compulsório de africanos e indígenas. O pensamento médico localizado em instituições científicas como faculdades, hospitais e espaços políticos esteve frequentemente envolvido com o sistema escravista. Por meio de apropriações de concepções oriundas de outros âmbitos como da literatura ou da imprensa quanto na produção de conhecimento de saúde

sobre africanos e indígenas, médicos estiveram atuando em torno e em função da sociedade escravista que os circunscreviam.

Discussões a respeito da vinda de doenças por africanos nos navios negreiros (FREITAS, 1935; CHALHOUB, 1996), tratados sobre como fazendeiros deveriam operar com a saúde no intuito do prolongamento da vida útil de escravizados (TAUNAY, 2001; MARQUESE, 2004), teses, artigos e escritos médicos sobre as condições de higiene e sanitárias (BARBOSA, 2008; VIANA, 2009) da população negra são exemplos de alguns tipos de produção científica em que é possível identificar o discurso médico sobre a escravidão. Médicos também estiveram envolvidos na avaliação clínica de escravos que pediam sua alforria por estarem muito doentes ou já com idade avançada como indicam os materiais que analisamos e que serão melhor descritos mais à frente.

Quanto às doenças e suas classificações e nomenclaturas ligadas à saúde e escravidão, podemos constatar que inúmeras foram as enfermidades, moléstias e males que atingiram a população negra no Brasil durante o século XIX. Uma grande diversidade de doenças esteve presente na vida cotidiana de escravizados podendo ser tratadas de diferentes maneiras por médicos formados ou agentes de cura como barbeiros-sangradores, curandeiros, entre outros.

Dentre as doenças mais recorrentes descritas nas fontes sobre o tema, se encontram febres, tuberculose, sífilis, doenças nervosas, como o chamado “banzo”, entre tantas outras. No já mencionado estudo clássico de Mary Karasch, por exemplo, a historiadora observa que no Rio de Janeiro entre 1808 e 1850 as principais doenças que os escravos apresentavam eram aquelas infecto-parasíticas, gastrointestinais, respiratórias, enfermidades nervosas e males da primeira infância geralmente devido às más condições de vida e de trabalho que eram submetidos os escravizados (KARASCH, 2000).

Nesse tema, algumas situações chamam atenção como a discussão a respeito da suposta importação de doenças do continente africano por escravizados que fizeram a travessia do oceano Atlântico. Episódio emblemático desse debate foi à época da primeira epidemia de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX (CHALHOUB, 1996) cuja repercussão pode ser compreendida inclusive como justificativa para o fim do tráfico atlântico entre Brasil e África. A insistência em tratar africanos praticamente como vetores de doenças perpassou o século XIX chegando ao XX por meio de atualizações até os dias de hoje com concepções a respeito de doenças como o ebola ou mesmo a AIDS (RODRIGUES, 2012).

As doenças com suas descrições, classificações e nomenclaturas têm demasiada importância nessa pesquisa, pois nas fontes levantadas previamente elas são elencadas tanto nos pedidos de alforria quanto nas avaliações médicas decorrentes. Sinaliza-se, nesse ponto, uma temática de investigação a respeito dos usos e mobilizações de doenças e enfermidades para determinados interesses e objetivos de diferentes grupos, inclusive dos próprios escravizados em busca de liberdade.

Enquanto último tópico de pesquisa historiográfica que circunscreve a temática inicial apontada, é necessário ressaltar a atuação de africanos e africanas escravizadas nas “artes de curar”, pois o acesso a tratamento médico de origem acadêmica para melhorar suas condições nem sempre era possível junto ao fato de esses povos já carregarem tradições médicas tradicionais originárias na África e reinventadas na experiência da diáspora. Inúmeras são as histórias, registros e episódios que demonstram o protagonismo entre negros na sociedade brasileira escravista oitocentista, o qual foi marcado pelo conhecimento de terapêuticas relacionadas a concepções de cura que muitas vezes se relacionavam com religiosidades de origem africana.

Personagens históricos versados nas “artes de curar” como Juca Rosa (SAMPAIO, 2009), mestre Tito (XAVIER, 2008), entre outros são figuras emblemáticas que a partir de suas trajetórias conseguimos apreender concepções e práticas próprias entre a população negra sobre saúde e doenças no século XIX. Entre os inúmeros ofícios, barbeiros-sangradores que dominavam a arte de sangrar com ventosas, curandeiros e feiticeiros com conhecimentos sobre ervas para terapêuticas, parteiras, boticários, cirurgiões e médicos são algumas das atividades exercidas pela população negra para curar doenças e enfermidades.

Cabe ressaltar que esses conhecimentos eram majoritariamente rechaçados pela elite médica e política do país por meio de acusações de charlatanismo e práticas repressoras empreendidas pela polícia como registram processos judiciais contra esses agentes. Tal fato se justifica também pela procura da população em geral a esses detentores de um saber distinto daqueles exercidos por médicos formados nas faculdades de medicina.

O tema pontuado inicialmente pode ser compreendido numa intersecção entre o pensamento médico sobre africanos escravizados e a temática das doenças e suas nomenclaturas associadas à população negra no Brasil durante o século XIX. Como descreveremos mais adiante, o tipo de fonte a ser examinado se configura com descrições de doenças que acometiam escravos num pedido de alforria feitos pelos próprios e eventualmente junto a uma avaliação médica da condição de saúde do requerente.

Inúmeros elementos estimulam a investigação, pois a associação entre doença e alforria em pedidos de escravizados chama atenção para como a saúde pode ter sido mobilizada numa questão tão importante como a busca pela liberdade em uma sociedade escravista. Junto a isso, a possibilidade de analisar fontes cuja autoria se remetem aos próprios escravizados amplia a perspectiva de investigação para a ideia de agência por meio de concepções de narrativas de si e do outro.

Após a apresentação da historiografia e os temas principais pesquisados, podemos destacar que o objeto de estudo dessa investigação. Analisamos como condições de saúde com destaque para as doenças foram mobilizadas para a conquista de liberdade por escravos no Brasil durante o século XIX. Tal objeto é aqui compreendido concretamente em pedidos de alforria que mobilizavam

justificativas em torno de suas condições de saúde e vida no chamado Vínculo do Jaguará na província de Minas Gerais entre 1807 e 1860.

O Vínculo do Jaguará foi um conjunto de fazendas localizado na comarca de Sabará com sede na Fazenda de Jaguará perto do rio das Velhas. Surgiu em fins do século XVIII por meio de pedido oficial do português Antônio de Abreu Guimarães a D. Maria I, tendo sido autorizado. No pedido acatado pela Corte portuguesa, Guimarães aceitava algumas condições, como por exemplo a obrigação de criar espaços de assistência à população pobre como um Seminário e um hospital (LIMA E FONSECA, 2008). Tanto a Coroa portuguesa quanto Antônio de Abreu Guimarães e sua família mais próxima negociavam seus interesses para o surgimento do vínculo que funcionou até 1843, quando foi extinto por decreto de D. Pedro II.

O estabelecimento de fato do Vínculo do Jaguará ocorreu nos anos iniciais do século XIX por vinculação das regiões de “Jaguara, Vargem Comprida, Mocambo, Riacho da Anta, Pau de Cheiro, Forquilha, Melo, Barra do Rio Melo, com engenhos, fábricas, casas, escravos, gados e criações, além de muitas léguas de terras minerais de que se tem extraído e pode extrair muito ouro” (ANTT *apud* FRANCO, 2016). Toda essa extensão de terras sinaliza para uma propriedade rural marcada por uma produção significativa de bens executada por escravos e gerenciada por particulares em conexão direta com a Coroa Portuguesa.

O Vínculo permaneceu funcionando mesmo após a morte de seu fundador sendo sua administração passada para seu sobrinho, o coronel Francisco de Abreu Guimarães. Pelos registros previamente levantados, a propriedade se destacava por produção de suínos, bovinos, equinos, rapadura, açúcar, cachaça, goiabada, marmelada, sabão, cereais, farinha, algodão, mamona, café, ouro e vários outros, além de suas obras pias.

Após sua extinção em 1843, o conjunto de fazendas passou a ser vendido tendo sua sede – a Fazenda do Jaguará – comprada pelo engenheiro Henrique Dumont e o comendador Francisco de Paula Santos em 1863. Alguns anos depois, o viajante Richard Burton visitaria a fazenda do Jaguará e região, tendo registrado relato na obra *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* publicada em 1867.

Nesse espaço rural composto por inúmeras transformações ao longo do século XIX, pedidos de alforria foram feitos por escravizados alegando como razão principal seus estados de saúde. O período compreendido pela documentação de pedidos de alforria se encontra entre 1807 e 1860 permeado pelo início do Vínculo do Jaguará até os momentos após sua extinção pela legislação mencionada.

As condições de saúde da população negra escravizada que residia nesse espaço rural marcado por inúmeras transformações são instigantes no sentido de compreensão sobre como tais situações foram mobilizadas para a busca da liberdade. Tal experiência pode vir a contribuir significativamente para uma compreensão ampliada a respeito da dinâmica da escravidão no Brasil com destaque para o âmbito rural.

Cabe destacar que as doenças tomam espaço relevante na caracterização do objeto de estudo de interesse da pesquisa, pois as análises sobre esse tópico podem revelar dinâmicas específicas de negociações entre escravidão e liberdade que tomem a saúde como elemento central. As doenças que acometiam a população escravizada requerente nos pedidos de alforria surgem como elementos de destaque geralmente associadas à idade do indivíduo.

Por um lado, as nomenclaturas e classificações usadas por parte dos requerentes sobre as doenças em seus pedidos são de extremo valor no sentido de compreender a possível polissemia em torno das enfermidades. Diferentes indivíduos recorriam às descrições de seus estados “crônicos” marcados por “corrimentos”, “inflamações”, entre outras caracterizações para sustentar seus pedidos de alforria.

Por outro lado, quando encontramos as avaliações médicas, podemos identificar visões ligadas a uma formação acadêmica sobre os requerimentos realizados pelos escravos. Nessas avaliações marcadas por um juramento, os médicos avaliadores colocavam seu saber numa ação de confirmar se o pedido de alforria era justo devido às condições de saúde do requerente.

A dinâmica explicitada previamente pelas fontes principais sinaliza para a atribuição de diferentes sentidos para as doenças e condições de saúde inseridas numa trama mais ampla entre escravidão e liberdade numa sociedade escravista. Dessa forma, a investigação pode vir a elucidar especificidades da experiência escravista no Brasil durante o século XIX em conexão direta às concepções e estados de condições de saúde e doenças entre escravos, médicos e administradores escravagistas.

A partir de tais materiais, o objetivo geral da pesquisa é analisar como condições de saúde e doenças foram mobilizadas e compreendidas em pedidos de alforria por escravos e médicos na região da fazenda de Jaguará (Minas Gerais) entre fins do século XVIII e meados do século XIX. Também determinamos interesses específicos de investigação, como: identificar as condições de saúde e doenças de indivíduos escravizados na região da fazenda de Jaguará; averiguar as dimensões autorais e africanas sobre saúde e doenças nos pedidos de alforria; examinar os pareceres médicos a respeito dos requerimentos; relacionar as ideias e usos em relação às condições de saúde e doenças de escravos e médicos; e descrever o funcionamento e as transformações da região do Vínculo de Jaguará enquanto unidade escravista.

Para alcançar tais objetivos, a plataforma teórica mobilizada para a pesquisa pretendida se relaciona fundamentalmente aos estudos ligados ao campo da história social da escravidão e à abordagem da Micro-História. Perspectivas teóricas que tomem o escravo enquanto personagem histórico movido por interesses, ambiguidades e indefinições junto a concepções que consideram as doenças e a saúde enquanto construções sociais contextualizadas no tempo são as que mais interessam a investigação.

As fontes principais aqui mobilizadas indicam caminhos importantes a serem trilhados no sentido exposto acima, pois, como já mencionado, se caracterizam por pedidos de alforria de um grupo de escravos ao longo do século XIX com justificativas que se remetem às doenças e condições de saúde que possuíam. Por serem pedidos dos próprios escravos aparentemente intermediados por médicos e outros agentes, tais requerimentos indicam também a necessidade de os compreender enquanto materiais marcados por circularidades.

Dessa maneira, investigar os pormenores dessa experiência a partir das fontes elencadas no projeto requer intensiva análise dos materiais no sentido de compreender a circularidade de ações e concepções entre os atores envolvidos no processo histórico estudado. Enquanto ideia mais ampla sobre a história social, ressaltamos uma perspectiva sobre indivíduos participantes de uma realidade histórica marcada por um regime de opressão.

Como Sidney Chalhoub afirma em entrevista à revista Aedos:

Por história social eu entendo a necessidade de que as pesquisas históricas incluam a questão do que as pessoas fazem com o que fazem delas. Por um lado, é importante entender as políticas de dominação enquanto uma série de elementos presentes numa sociedade específica que conduzem a procedimentos de exclusão, de reprodução das desigualdades sociais, estruturas que reproduzem a distribuição desigual de recursos, privilégios, e como essas coisas mudam ao longo do tempo. Por outro lado, o que caracteriza a história social é incluir nesse universo a questão do que as pessoas fazem com o que fazem delas. (BERGAMINI; TIBURSKI; BITTENCOURT, 2009:313)

Compreender “o que as pessoas fazem com o que fazem delas” é primordial para a análise histórica da experiência de pedidos de alforria cujas justificativa e legitimação giram em torno de condições de saúde e doenças de indivíduos submetidos a um sistema escravista. No mesmo sentido, investigar as concepções e ações dos outros personagens envolvidos como médicos e administradores dos espaços pode vir a elucidar dinâmicas complexas entre sujeitos para além de generalizações e dicotomias recorrentes em discursos do senso comum.

Nesse ponto, é relevante destacar que podemos observar uma circularidade de concepções e ações entre os personagens históricos que vivenciaram e construíram tais experiências. A abordagem da Micro-História pode ser fundamental no estudo crítico e intensivo das fontes elencadas no sentido de analisar aspectos que porventura passariam despercebidos de uma análise macro-histórica como aqueles que sinalizam para uma “circularidade cultural” (BAKTHIN, 1981; GINZBURG, 1998).

A presença de condições de saúde, doenças e suas classificações tanto nos pedidos de alforria de escravos de Jaguará quanto dos médicos avaliadores de tais estados indicam para uma possível circularidade de concepções e ideias sobre o tema entre os sujeitos envolvidos. O conceito de “circularidade cultural” sinaliza para a superação de generalizações dicotômicas entre “cultura de elite” e

“cultura popular” indicando trocas, diálogos e conflitos a partir do arcabouço de diferentes classes e grupos sociais.

É necessário atentar que apesar do historiador italiano Carlo Ginzburg possuir a autoria da cunhagem do conceito de “circularidade cultural”, tal ideia surgiu a partir de suas leituras sobre a obra de Mikhail Bakhtin. Bakhtin, ligados aos estudos marxistas e da linguagem, foi promissor no debate sobre a cultura popular na Idade Moderna, mais especificamente no Renascimento, sinalizando para a polifonia de ideias e concepções entre as categorias até então estanques de “cultura oficial” e “cultura popular”. Ginzburg iria se apropriar de tais ideias para compreender novas abordagens sobre a história que superassem as mesmas dicotomias por meio de uma análise profunda de fontes diversas.

A abordagem da Micro-História contribui para uma análise desse tipo, pois consegue ir além dos esquemas macros investigando detalhes da vida social que sugerem novas compreensões e dimensões. A mudança de escala é fundamental não no sentido de entender o todo pela parte, mas sim compreender o que há do macro no micro, em outras palavras, “enxergar *algo* da realidade social que envolve o fragmento humano examinado” (BARROS, 2007:171; grifo do autor).

O problema dessa pesquisa identificado enquanto uma prática de busca da liberdade por escravos a partir da manifestação de suas doenças no contexto da comunidade histórica da fazenda de Jaguará indica a Micro-História enquanto abordagem singular para as análises propostas. A partir de tais ideias e conceitos teóricos, podemos ir além de descobrir de como ocorreu essa experiência histórica, mas analisar como cada sujeito vinculado a um grupo social maneja e age sobre determinadas situações.

Partindo dessa perspectiva de análise, podemos trabalhar especificamente a respeito de contradições e ambiguidades presentes nas experiências históricas como a examinada na pesquisa. Por essa concepção, caminhamos no sentido de humanizar sujeitos muitas vezes engessados em determinadas análises e no senso comum como aqueles que vivenciaram a escravidão no Brasil.

Junto a perspectiva teórica mais ampla proposta acima, salientamos que enquanto pesquisa desenvolvida, iremos avançar na construção da plataforma teórica associada ao trabalho com as fontes no sentido de consolidar a investigação. Ideias aqui podem ser sinalizadas no sentido de estabelecer possíveis caminhos teóricos que contribuam para a análise das fontes de maneira profunda como mencionado.

Nessa perspectiva, algumas ideias surgem como relevantes de serem analisadas para o prosseguimento da investigação a partir da abordagem da Micro-História, como por exemplo, a concepção de negociação (REIS; SILVA, 1989) na sociedade escravista, doenças e saúde enquanto fenômenos socioculturais e ideias de escrita de si.

A ideia de negociação ligada à conflito é fundamental para uma compreensão de sujeitos submetidos à escravização, mas que dialogam com o sistema

e outros agentes a fim de seus interesses. Nesse ponto, a legitimação de seus pedidos de liberdade por meio da manifestação escrita de suas condições de saúde se atrelam a esse jogo entre espaços sociais distintos sinalizando para uma circularidade de concepções. Tal experiência também sinaliza para a manifestação de escritas de si de escravos que podem conter relatos de sofrimento, sociabilidades e, mais uma vez, diálogo com o sistema escravista. Essas são ideias ainda a serem melhor consolidadas, mas que surgem enquanto possibilidades teóricas atreladas à abordagem elencada como principal para a investigação.

Dessa forma, cabe dar destaque nesse momento às fontes trabalhadas que se encontram sob guarda da Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Arquivo Público Mineiro. Todo esse acervo é composto por correspondências e documentos diversos referentes à história administrativa da antiga capitania de Minas Gerais como contratos, certidões, procurações, licenças, provisões, relações de pagamentos tratando, principalmente, de temas como impostos, Conjução Mineira, escravidão, Real Erário, contrabando de ouro e diamante, sesmarias, mineração, entre outros.

Após um levantamento prévio, encontramos na Biblioteca Nacional documentos relacionados a “requerimentos de escravos pedindo avaliação e alforria tendo em vista da ordem régia que ordenava a liberdade de escravos muito velhos e enfermos”. Na referida parte da coleção, se encontram requerimentos cuja autoria é associada a escravos, entre homens e mulheres, requerendo sua alforria seja pela idade muito avançada, comprovada deficiência física e/ou enfermidades e moléstias que os acometiam. Os requerimentos compreendem um recorte temporal entre os anos de 1807 a 1860 e quase todos têm explicitamente a referência à localidade de Jaguará em Minas Gerais.

Parte dos requerimentos para além do pedido do escravo ou escrava consta também um termo de juramento do médico ou procurador que fazia a avaliação do estado do requerente e, por fim, o termo de avaliação constatando as informações que o requerente deu sobre a condição de saúde. Ressalta-se ainda a presença de mais algumas informações, como por exemplo, indicação da necessidade de tratamento ou nomenclaturas mais específicas de doenças e quadros clínicos.

Um desses requerimentos foi feito por Antônia do Nascimento que solicitou sua liberdade por motivo de doença, já que podia oferecer outro escravo em troca em Jaguará em setembro de 1827. Lê-se no requerimento:

Diz Antônia do Nascimento que apesar de ser ainda moça de 24 anos padece de um achaque no peito, como mostra certidão junta, e como tem quem lhe ofereça para a sua libertação huma Escrava ou hum Escravo novo pela sua pessoa implora a V.V. S.S. esta concepção já concedida a outros Escravos desta Caza, e como a resposta do actual Procurador se lavra o Termo de recebimento na presença do Ilmo. Senhor Presidente Director para conhecer a melhoria da (ilegível), passando-se o competente título a suplicante quando se verifique o recebimento.

Pa. V.V.S.S.

Servirão assim a mandar.

Junto ao requerimento, há a avaliação do médico para verificar a condição de saúde de Antônia indicando positivamente ou não o pedido de alforria. Diz o médico:

Certifico, que Antônia do Nascimento Escrava deste Vínculo padece periodicamente huns ataques de peito com pontada e sufocação, os quaes são procedidos de huma postima que à tempos lançou pela boca; nestas circunstancias he ella de huma constituição doentia em razão do germe da moléstia, que existe no peito. O referido he verdade por ter presenciado alguns ataques destes mencionados; e passo esta por me ser pedida. Jaguará a 15 de Setembro de 1827.

Joaquim de Souza Fernandes, Cirurgião.

Para além dos requerimentos, levantamos também dois atestados médicos sobre estado de saúde de escravizados no “Vínculo do Jaguará” escritos pelo médico Antonio da Fonseca Viana. Com os seguintes títulos: “Atestado declarando que Florencia, escrava do vinculo, sofre de uma inflamação no utero que tem causado muita febre” com uma página datada de 25 de outubro de 1845 e “Atestado declarando que Margarida, escrava do vinculo, sofre de uma hernia incurável” também de uma página e datado em 26 de outubro de 1846.

Para além dessa documentação, foi possível identificar outros materiais no acervo ligado ao Vínculo do Jaguará composto por documentos manuscritos, obras gerais, iconografia, entre outros sob guarda da Biblioteca Nacional. Esse outro conjunto de documentos a serem analisados podem elucidar bastante a dinâmica de funcionamento do chamado “Vínculo de Jaguará”.

Uma fonte não produzida no espaço da fazenda se sobressai também no estudo desenvolvido: o relato de viagem *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* de Richard Burton publicado em 1867. Burton, viajante inglês, esteve no Brasil numa viagem que começou na capital do Império, Rio de Janeiro, passando por Petrópolis até chegar à região de Morro Velho, região do então extinto Vínculo do Jaguará.

Ao narrar em detalhes sua viagem, Richard Burton expõe ideias e concepções sobre as condições dos espaços e com detalhes a respeito da vida dos escravos da região fazendo alusão ao continente africano, inclusive ao comentar a respeito de doenças como as “bobas”. A análise em conjunto do relato do viajante pode nos oferecer uma compreensão mais ampla das dinâmicas da região, onde os requerimentos foram realizados ao mesmo tempo indicar possibilidades de relacionar certos aspectos ao continente africano considerando o relato enquanto uma “tradução” cultural (HARTOG, 1999).

Quanto à metodologia, em conformidade com as práticas historiográficas ligadas à história social da escravidão, pretendemos continuar o levantamento de fontes como foco na documentação relativa à saúde de escravos na região, onde foram produzidos os principais materiais encontrados. Também pretendemos levantar a produção intelectual dos médicos que constam assinando as avaliações

do estado dos requerentes de alforria e levantar informações, notícias e matérias sobre o Vínculo de Jaguará em periódicos por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As fontes, como os requerimentos de alforria por motivo de doença junto às produções de outra natureza como o relato de viagem, a produção médica e periódicos, podem oferecer subsídios substanciais para uma análise mais ampla do processo estudado.

A pesquisa bibliográfica também é realizada em concomitância ao levantamento, organização e análise das fontes, visto que inúmeras temáticas podem ser abordadas em torno da busca por liberdade de escravizados cujo elemento mobilizador é o estado de saúde dos mesmos durante o século XIX. Estudos da área da história da saúde, da escravidão e aqueles ligados ao meio rural brasileiro oitocentista figuraram como principais materiais a serem mobilizados para o aprimoramento de questões, enfoques e recortes teóricos e historiográficos ao longo da pesquisa aqui pretendida.

Por fim, cabe ressaltar que a partir do cruzamento de informações obtidas pela análise das fontes em conjunto com a leitura bibliográfica e as ideias teóricas, pretendemos alcançar os objetivos elencados de forma a contribuir para os campos de estudo e produção acadêmica que se debruça sobre a relação entre saúde e escravidão. A pesquisa se encontra em curso com perspectivas de grandes avanços na pesquisa de fontes, referências bibliográficas e enfoques teóricos inovadores calcados nos estudos já realizados e consolidados.

Referências

Fontes

NACIONAL, Biblioteca. **Documentos relacionados a requerimentos de escravos pedindo avaliação e alforria em vista da ordem régia que ordenava a liberdade de escravos muito velhos e doentes**. Jaguará: [s.n], 18/12/1807 a 17/09/1860. Coleção Casa dos Contos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Localização: Manuscritos – I-27, 036, 086, 001 a 028

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a morro velho**. Brasília: Senado Federal, 1976.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1985.

BARBOSA, Keith. Escravidão, mortalidade e doenças: notas para o estudo das dimensões da diáspora africana no Brasil. **ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO**, v. 9, p. 1-16, 2008.

BERGAMINI, Atílio; TIBURSKI, Eliete Lucia; BITTENCOURT, Icaro. Entrevista com Sidney Chalhoub. **AEDOS**, v. 1, n. 1, 2009.

CARRARA, Sérgio. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In: **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. 2004. p. 427-453.

CARVALHO, Diana Maul. Doenças dos escravizados; doenças africanas?. In: XII Encontro Regional de História, 2006, Niterói. Usos do Passado - **XII Encontro Regional de História - ANPUH**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História. v. 1. p. 203-203.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX), **Revista de História Social**, n. 19, 2010.

FRANCO, Renato. Fortuna e ressentimento: o incrível caso dos Abreu Guimarães (c. 1740-1807). **Revista Portuguesa de História**, v. 47, p. 237-256, 2016.

FREITAS, Octávio de. **Doenças africanas no Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional. 1935.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. **O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, 2008.

MARQUESE, Rafael Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

NACIONAL, Biblioteca. **Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: FNB, 2018.

PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (Org.). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

_____. KODAMA, Kaori. GOMES, Flávio. Das enfermidades cativas: para uma his-

tória da saúde e das doenças do Brasil escravista. In: TEIXEIRA, Luiz Antônio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (Org.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2018.

PORTO, Angela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 13, n. 4, p. 1019-1027, 2006.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Jaime. Reflexões sobre tráfico de africanos, doenças e relações raciais. **Revista História & Perspectivas**, v. 25, n. 47, 2012.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. (1ª ed. 1839) Rafael de Bivar Marquese (org.). São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

TEIXEIRA, Luiz Antônio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (Org.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2018.

VIANA, Iamara da Silva. **Morte escrava e relações de poder em Vassouras (1840-1880): hierarquias raciais, sociais e simbolismos**. 2009. Tese de Doutorado. Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

XAVIER, Regina Célia Lima. **Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008,